

HANNAH ARENDT E A DEFESA DO SISTEMA DE CONSELHOS

HANNAH ARENDT AND THE DEFENCE OF THE COUNCIL SYSTEM

José João Neves Barbosa Vicente*

RESUMO

Em suas reflexões sobre a política, desde seu esforço no intuito de compreender o “fenômeno totalitário” que, de um modo geral, destruiu a própria “política”, Hannah Arendt sempre defendeu a liberdade e a participação política ativa e efetiva de todos os cidadãos, por isso criticou e condenou todo e qualquer sistema político capaz de eliminar ou diminuir os espaços públicos onde os homens possam manifestar sua liberdade por meio de ação e do discurso na presença de seus pares. Essa crítica não incidiu apenas sobre os regimes totalitários, mas também sobre a democracia representativa que, para ela, ainda não se constituiu em um governo em que todos têm, de fato, a oportunidade de participar de forma ativa e efetiva nos assuntos públicos. Essa realidade, para Hannah Arendt, somente é possível em um governo baseado no sistema de conselhos. Assim, o objetivo primordial deste artigo é analisar e apresentar, ainda que de modo introdutório, alguns argumentos utilizados por ela em defesa do sistema de conselhos.

PALAVRAS-CHAVE: democracia, Hannah Arendt, participação política, partidos políticos, sistema de conselhos.

ABSTRACT

In her reflections about politics, since her effort to understand the "totalitarian phenomenon" that, in general, destroyed "politics" itself, Hannah Arendt always defended freedom and the active and effective political participation of all citizens. That is why she criticized and condemned any political system capable of eliminating or reducing public spaces where men can manifest their freedom through action and speech in the presence of their peers. This criticism did not focus only on totalitarian regimes, but also on representative democracy which, for her, has not yet become a government where everyone has, in fact, the opportunity to participate actively and effectively in public affairs. This reality, for Hannah Arendt, is only possible in a government based on a council system. Thus, the primary objective of this article is to analyze and present, albeit in an introductory way, some of the arguments she used in defense of the council system.

KEYWORDS: democracy, Hannah Arendt, political participation, political parties, council system.

Quando o que está em questão é a teoria política de Hannah Arendt, não se pode esquecer que essa autora é uma defensora da liberdade e participação política, como poucos na história do pensamento político ocidental; na verdade, para ela, liberdade não pode ser separada ou desvinculada da participação política (VICENTE, 2017; 2019b). Desde *Origens do*

* Professor de Filosofia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Possui graduação e mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás e doutorado em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia. Editor da Griot : Revista de Filosofia. E-mail: josebvicente@bol.com.br.

totalitarismo (1989), Hannah Arendt sempre se mostrou totalmente comprometida com a defesa da liberdade e participação política dos cidadãos e sempre defendeu em seus escritos políticos que a existência de espaços adequados e suficientes para manifestação da liberdade e participação efetiva dos cidadãos nos “negócios públicos” não pode ser ignorada pela política de nenhuma nação. Por isso, não apenas criticou e condenou radicalmente os regimes totalitários do século XX que eliminaram os espaços entre os homens, silenciaram a comunicação entre eles e destruíram a própria política cuja razão de ser é a liberdade, mas também dirigiu duras críticas à democracia representativa contemporânea baseada no sistema de partidos políticos que, para ela, não foi capaz de proporcionar espaços suficientes e apropriados onde os homens pudessem manifestar sua liberdade de forma efetiva. Além disso, ainda de acordo com Hannah Arendt, o funcionamento desse tipo de democracia contribui em larga medida para restringir a efetiva participação política apenas aos representantes eleitos. Em outras palavras, para Hannah Arendt, na democracia representativa contemporânea, a verdadeira participação nos assuntos públicos é um privilégio reservado a um pequeno número de indivíduos, a saber, aqueles eleitos pelo povo; aos cidadãos de um modo geral, essa participação acontece apenas em período eleitoral (VICENTE, 2020a). Nesse sentido, em termos arendtianos, a democracia representativa baseada no sistema de partidos políticos, apesar de não ser totalitária, não é ainda a forma de governo ideal ou a mais adequada para os homens; ela ainda não proporciona espaços de liberdade onde todos têm a oportunidade de agir politicamente de forma ativa e efetiva.

É no curso das grandes revoluções que buscaram estabelecer uma nova forma de governo capaz de possibilitar a manifestação da liberdade e a participação política efetiva de cada cidadão por meio da ação e do discurso na presença de seus pares que Hannah Arendt encontra verdadeiros exemplos capazes de contribuir para a formação de um sistema de governo ideal e adequado para os homens (VICENTE, 2019a; 2020a; 2020b); trata-se dos conselhos que, para ela, como se pode constatar em sua obra *Da revolução* (1988), são espaços genuínos de liberdade e participação política que sempre surgiram ao longo dessas revoluções de forma espontânea, totalmente fora do âmbito dos partidos políticos e sem nenhuma ligação, influência ou interferência de qualquer tipo de líder. Além disso, ainda de acordo com Hannah Arendt (1973, p. 198), nos conselhos, bem diferente do que acontece, por exemplo, no sistema de partidos políticos, o “poder não vem nem de cima nem de baixo, mas é dirigido horizontalmente”. A potencialidade dos conselhos é enorme, mas como lembra a autora, o importante não é destacar simplesmente essa potencialidade. É por isso que, ao defender os

conselhos, ela também defende a necessidade de iniciá-los o mais breve possível, porque além de serem a única alternativa para a democracia representativa baseada no sistema de partidos políticos, os conselhos são também, para Hannah Arendt, a única alternativa capaz de contribuir, de fato, para a formação de um governo radicalmente oposto aos regimes totalitários, no qual cada cidadão possa verdadeiramente manifestar sua liberdade na presença de seus pares e fazer ouvir sua voz. Apenas em um governo baseado no sistema de conselhos, no qual o poder é pensado e entendido como resultado de um agir em conjunto e não como algo que vem de cima para baixo, os cidadãos têm a possibilidade real de participar ativa e efetivamente da vida política e discutir os assuntos públicos com seus pares na condição de iguais. Diferente do sistema de partidos políticos, o sistema de conselhos não é, por exemplo, para Hannah Arendt, coordenado por “especialista”, ele também não possui hierarquia e, além disso, se relaciona ativamente com a sociedade. O sistema de conselhos é o único meio pelo qual é possível proporcionar espaços abertos para debates e trocas de opiniões entre todos aqueles que verdadeiramente se interessam pelos assuntos públicos; ele é, portanto, para Hannah Arendt, o único meio pelo qual a política possa, de fato, funcionar de acordo com a sua verdadeira razão de ser, a saber, a liberdade.

De acordo com as observações de Owens (2007, p. 17), na teoria política de Hannah Arendt, os conselhos são “exemplos por excelência do poder do povo agindo em conjunto” e da manifestação da liberdade por meio da ação e do discurso; em seu pleno funcionamento, eles são a materialização perfeita da sua teoria política. Assim, em termos gerais, os conselhos representam, para Hannah Arendt, a única alternativa para os problemas políticos do nosso tempo; eles são o único meio pelo qual todos os cidadãos possam ter a oportunidade de participar, de fato, nos assuntos e decisões públicos do seu país. Um governo baseado no sistema de conselhos significa um governo em que os espaços públicos se proliferam ao máximo, para que cada cidadão possa ter a oportunidade, de fato, de participar das discussões e dos debates sobre a vida política do seu país, sempre de modo livre e espontâneo. Portanto, enquanto a democracia representativa baseada no sistema de partidos políticos “protege”, como destacou Garsten (2010, p. 316), “a liberdade de não participar ativamente na política, a liberdade de ficar de fora e assistir”, um governo baseado no sistema de conselhos proporciona a todos os indivíduos meios suficientes e adequados para que, cada um deles, possa se engajar ativamente na ação política que, de um modo geral, constitui a sua própria liberdade. Independentemente do lugar que cada cidadão ocupa na sociedade, o sistema de conselhos sempre está aberto à sua participação e ao seu engajamento nos assuntos públicos,

principalmente porque para Hannah Arendt, como disse Lane (2001, p. 165), o sistema de conselhos não representa apenas o sentido positivo da liberdade e funciona como “espaços interligados para a deliberação democrática”, mas também ele se constitui como um “instrumento para lembrar as pessoas do significado de suas comunidades” e do sentido da ação coletiva. O sistema de conselhos não funciona, por exemplo, como o sistema de partidos políticos na democracia representativa contemporânea, em que a efetiva participação política é limitada apenas aos “representantes do povo”; ele funciona de forma aberta e ilimitada para que todos os cidadãos possam, de fato, participar ativa e efetivamente das discussões e decisões políticas do seu país; afinal, o espaço público deve ser visto e entendido sempre como o palco da liberdade e jamais como o lugar onde se defendem interesses particulares, sejam eles individuais ou de um grupo ou classe específica. A proliferação de espaços públicos significa a proliferação de condições para que todos os cidadãos possam exercer a sua participação política.

De um modo geral, o sistema de conselhos como entendido por Hannah Arendt não é apenas o oposto do sistema de partidos políticos; ele é, na verdade, para a autora, o único meio pelo qual é possível fundar um governo verdadeiramente democrático. Assim, em termos gerais, na teoria política de Hannah Arendt, o sistema de conselhos surge como uma recusa do sistema de partidos políticos e não da democracia e nem da representação em si mesmas. Da forma como se encontra estruturado e o modo como nomeia ou apresenta seus candidatos de acordo com seus interesses e programas, sem a participação ativa dos cidadãos, o sistema de partidos políticos, como observou Schell (2010, p. 252), colabora no sentido de impedir o agir em conjunto que, para Hannah Arendt, como se sabe, é “a atividade que define a política” e constitui a verdadeira fonte do seu poder. E se o sistema de partidos colabora no sentido de dificultar o agir em conjunto dos homens por meio de ação e do discurso em espaços públicos na presença de seus pares, ele também colabora para dificultar que os cidadãos possam efetivamente agir politicamente e manifestar sua liberdade na presença de seus semelhantes. E nunca é demais lembrar que, para Hannah Arendt, essa liberdade não significa uma mera ausência de interferência do governo em certos domínios ou um conjunto de leis que garante a livre expressão dos cidadãos; para ela, não há dúvida que tudo isso é muito importante no contexto da política e precisam ser entendidos e considerados, mas também é imprescindível “não [...] confundir direitos civis com liberdade política ou [...] comparar essas preliminares do governo civilizado com a própria essência de uma república livre” (ARENDT, 1988, p. 174-175). De acordo com ela, não existe liberdade política sem a participação no governo; e para que isso possa acontecer, de fato, a esperança não pode ser depositada na democracia

representativa baseada no sistema de partidos políticos como conhecemos; a efetiva participação dos cidadãos no governo só é possível, de fato, por meio do sistema de conselhos, em que todos têm a oportunidade de discutir, debater e trocar opiniões sobre assuntos públicos. Portanto, de acordo com a teoria política de Hannah Arendt, além do sistema de conselhos, não há alternativa viável capaz de garantir a efetiva participação política de todos os cidadãos.

É importante destacar que, ao defender o sistema de conselhos que permite a efetiva participação política dos cidadãos nos assuntos públicos e não o sistema de partidos políticos, Hannah Arendt não está, em hipótese alguma, defendendo a democracia direta contra a democracia representativa e nem recusando a representação política propriamente dita. Seu propósito é simplesmente garantir a todos os cidadãos a oportunidade de participar efetivamente da vida política do seu país. Hannah Arendt não quer que as vozes dos cidadãos sejam silenciadas e nem ignoradas ou impedidas de se manifestar, mas sim ouvidas e respeitadas de forma permanente e não apenas em época de eleições. De acordo com observações de D'Entreves (1994, p. 183), ela pretende com o sistema de conselhos “articular no presente” a experiência da “ação política” que ocorreu várias vezes na história, no sentido de “reativar a experiência da cidadania no mundo moderno”. Para Hannah Arendt, o espaço público precisa abrir-se a todos, para que cada cidadão possa, de fato, ter a oportunidade de falar, agir e debater as questões políticas com seus pares de forma efetiva. Essa é uma realidade que, para a autora, infelizmente não está presente na democracia representativa baseada no sistema de partidos políticos, uma vez que nela as salas de reuniões não têm espaços para todos, porque como disse Que (1997, p. 169), ela funciona como “uma grande corporação” com espaços desenhados apenas para “especialistas, executivos e administradores que discutem, planejam e decidem sobre assuntos a serem executados para aqueles que estão do lado de fora”; o sistema de conselhos com sua proliferação de “espaços públicos” ou fóruns de debates surgem, assim, para Hannah Arendt, como a única alternativa possível para que todos possam participar das discussões e decisões políticas. O sistema de conselhos, portanto, é pensado pela autora, como observou Kalyvas, (2008, p. 282), como uma prática política “inclusiva e participativa”, ninguém é excluído da política e nem impedido de participar e dar sua contribuição como cidadão; é por isso que uma das características do sistema de conselhos é contribuir para a proliferação de verdadeiros espaços de liberdade em que todos possam agir politicamente como iguais.

Hannah Arendt não ataca a democracia representativa em si; ao defender o sistema de conselhos, ela se posiciona contra o sistema de partidos políticos. Para ela, são os partidos

políticos que, de um modo geral, contribuem para reduzir o poder do povo e sua participação política, porque são eles que detêm o “monopólio de nomeação”, eles escolhem os candidatos que devem ser votados. Suas decisões são tomadas no “topo” por um pequeno grupo e depois transmitidas para a base ou a maioria, devido à sua própria estrutura organizacional de “cima para baixo”. De acordo com Hannah Arendt, isso contribui para que a “felicidade e a liberdade públicas” sejam privilégios de apenas uma minoria; é por isso que, como observou Disch (2011, p. 352), ela “recomenda os Conselhos como uma alternativa ao sistema de partidos no governo representativo, não como uma alternativa para o governo representativo *per se*”. Não é, portanto, a representação ou a democracia representativa em si que é o alvo de ataque ou de crítica de Hannah Arendt, mas sim um estilo de representação específico, aquele praticado pelos partidos políticos na democracia representativa contemporânea. Como se pode perceber, principalmente em sua obra *Da revolução* (1988), os conselhos como defendidos por Hannah Arendt não são, em hipótese alguma, um mecanismo que dispensa a representação, afinal, todos os delegados que participam do conselho nacional falam em nome dos membros dos conselhos que eles representam, mas é preciso sublinhar que, de acordo com a autora, a representação como acontece no sistema de conselhos difere radicalmente daquela praticada no sistema de partidos políticos. Por isso, ao defender o sistema de conselhos, Hannah Arendt pretende com isso, como disse Duarte (2002, p. 77), redefinir as bases sobre as quais a representação “se estrutura no contexto das atuais democracias parlamentares”. Para Hannah Arendt, todos os cidadãos precisam ter a oportunidade de participar efetivamente nos assuntos públicos, mas isso não impede, por exemplo, que as demandas surgidas nos conselhos por meio de debates e discussões sejam apresentadas por alguns, isto é, por aqueles escolhidos pelos seus pares, em função da sua qualidade pessoal, integridade e dedicação ao bem comum.

Em um governo baseado no sistema de conselhos aceita-se, portanto, que o “melhor indicado”, isto é, os delegados escolhidos entre seus pares, sejam representantes dos pontos de vista dos membros dos conselhos. Isso mostra que o posicionamento de Hannah Arendt diante da democracia representativa contemporânea, como observou Moreault (1999, p. 188), é, na verdade, “muito menos radical do que pretendem seus exegetas”. De todo modo, nunca é demais lembrar que no sistema de partidos políticos são eleitos representantes aqueles nomeados pelos partidos, os que elegem esses representantes não participam efetivamente dessas escolhas; por outro lado, no sistema de conselhos, como defendido por Hannah Arendt, os representantes são escolhidos pelos seus pares ou membros na base de “confiança” e na observação das suas “virtudes políticas”. Todos participam da discussão e debates,

principalmente porque no sistema de conselhos não há um órgão ou grupo que nomeia ou indica um candidato específico à eleição. Portanto, diferente da democracia representativa baseada no sistema de partidos políticos, o sistema de conselhos, como disse Kalyvas (2008, p. 282), “não se divide entre cidadãos ativos e passivos” e “nem limita o envolvimento político da maioria apenas ao período de eleições”. De acordo com a teoria política de Hannah Arendt, em um governo baseado no sistema de conselhos, todos os cidadãos têm a oportunidade de participar ativa e efetivamente nos assuntos públicos por meio dos conselhos “inferiores”; além disso, todos eles também têm a oportunidade de ser um representante no conselho “superior”, porque a escolha se baseia em critérios políticos genuínos e na confiança gerada a partir da ação em conjunto. Muito mais do que um espaço no qual todos os cidadãos possam exercer sua participação política de forma ativa, o sistema de conselhos, para Hannah Arendt, como observaram, por exemplo, McCarthy (2012, p. 274), Moreault (1999, p. 188), Que (1997, p. 171) e Totschnig (2014, p. 273), combina participação com representação. Os membros dos conselhos “inferiores” não são meramente representados pelos seus delegados, mas são participantes também. Todos os membros dos conselhos “inferiores” participam das demandas políticas que os delegados apresentarão no conselho “superior”, e as deliberações tomadas neste conselho são todas submetidas às suas considerações pelos delegados. Para Hannah Arendt, portanto, não há dúvida de que o sistema de conselhos é o mais indicado para a formação de um governo em que todos os cidadãos possam ter a oportunidade de verdadeiramente participar das discussões e decisões sobre os assuntos públicos.

Assim, em termos arendtianos, se há, de fato, interesse para que todos os cidadãos participem ativa e efetivamente nos assuntos públicos do seu país, os conselhos precisam ser entendidos não apenas como algo real, mas também como a única alternativa para essa finalidade. E para que um governo baseado no sistema de conselhos possa ser efetivado atualmente, não basta apenas reconhecer suas qualidades e potencialidades, mas também é preciso coragem para “imaginar uma vida política”, como disse Young-Bruehl (2006, p. 131), “que não fosse organizada essencialmente em torno de eleições de representantes”; em outras palavras, é preciso coragem para questionar a democracia representativa que, em termos gerais, é considerada e admitida pela grande maioria como a alternativa política mais adequada para os homens. Para que o sistema de conselhos seja efetivado, os homens precisam perder o medo que costumam sentir diante de “coisas nunca dantes vistas, de pensamentos nunca dantes cogitados, de instituições nunca dantes experimentadas” (ARENDT, 1988, p. 206). De acordo com a teoria política de Hannah Arendt, o sistema de conselhos é o único meio pelo qual é

possível construir um governo sem qualquer vestígio ou indício do totalitarismo. Em outras palavras, o sistema de conselhos representa a única esperança para que todos possam, de fato, ter a oportunidade de um dia agir politicamente de forma ativa e efetiva; apenas os conselhos proporcionam verdadeiros espaços de liberdade onde os homens possam efetivamente participar das discussões e decisões políticas do seu país. A defesa dos conselhos que sempre surgiram de forma breve no curso das genuínas revoluções representa, sem dúvida, uma das posturas mais firmes de Hannah Arendt contra os regimes totalitários, mas também representa sua insatisfação em relação à democracia representativa baseada no sistema de partidos políticos que, para ela, ainda está longe de se constituir efetivamente em um espaço de ação em conjunto. A forma como a democracia representativa encontra-se estruturada e a maneira como ela funciona representam, para Hannah Arendt, uma ameaça constante à pluralidade, isto é, à condição humana de ação e, conseqüentemente, à liberdade e ao sentido da política. A democracia representativa contemporânea não é um sistema de governo que aniquilou a liberdade, mas, para Hannah Arendt, ela restringiu a liberdade consideravelmente, principalmente porque nela os espaços em que todos os cidadãos possam, de fato, se expressar, discutir e decidir juntos com seus pares sobre assuntos públicos, ainda são insuficientes.

Diante dessa ausência de espaços públicos suficientes para a efetiva participação dos cidadãos na vida política por meio da ação e do discurso é preciso, de acordo com a teoria política de Hannah Arendt, recuperar algo importante que sempre surgiu no curso das “genuínas revoluções”, a saber, o sistema de conselhos; ele é a única alternativa viável para resolver o problema dos espaços públicos, porque se trata de uma estrutura política totalmente aberta à participação de todos os cidadãos. O sistema de conselhos proporciona espaços de aparência onde cada cidadão pode ver e ser visto no agir em conjunto e no ocupar-se em comum dos assuntos públicos com seus pares. Portanto, apenas um governo baseado no sistema de conselhos tem condições, de acordo com a teoria política de Hannah Arendt, de proporcionar a todos um terreno sólido, não apenas onde possam se firmar, mas também onde possam desfrutar de uma verdadeira participação política. Esse governo, em termos arendtianos, não surgirá, por exemplo, por meio de uma simples reforma política, isto é, ela não nasce de “dentro” da democracia representativa vigente; para Hannah Arendt, esse tipo de governo só poderá surgir como um produto da revolução. E, como se sabe, a revolução como entendida por ela, não é um acontecimento frequente, por isso as chances de se estabelecer um governo baseado no sistema de conselhos são mínimas, apesar de não serem impossíveis. Essas chances tendem a diminuir ainda mais, quando se observa que, para Hannah Arendt, esse “novo conceito de

estado” não foi concretizado por nenhuma revolução; isso não significa, no entanto, que na “próxima revolução” ele não será estabelecido. Portanto, apesar de os caminhos para se estabelecer um governo baseado no sistema de conselhos não serem comuns, Hannah Arendt tem esperança de que um dia ele será concretizado e todos os cidadãos que se interessam verdadeiramente pelos assuntos públicos do seu país terão a oportunidade igual de exercer sua efetiva participação política de forma permanente em vários espaços de liberdade, por meio de ação e de discurso na companhia de seus semelhantes.

Para Hannah Arendt, que pessoalmente viveu a experiência do totalitarismo e sentiu na própria pele os horrores desse regime político, o melhor governo será sempre aquele cujo indício ou vestígio dos regimes totalitários encontra-se totalmente ausente. Para ela, um governo ideal para os homens precisa se distanciar absolutamente de tudo que possa lembrar os regimes totalitários que, como descritos em sua obra *Origens do totalitarismo* (1989), trata-se de uma “forma de governo com a qual não é possível coexistir” (ARENDT, 1989, p. 343). Esse tipo de regime político que, basicamente, funciona por meio de “ideologia” e do “terror”, não apenas priva os indivíduos de toda e qualquer relação com os outros e, inclusive, consigo mesmos, mas também os transforma em seres supérfluos, além de dominar e controlar de forma “ilimitada” a liberdade de cada um deles. O totalitarismo, em termos arendtianos, impede o indivíduo de agir politicamente, principalmente porque ele elimina ou destrói a *pluralidade*, que é a condição da ação humana; um “cinturão de ferro” ocupa todos os espaços e “canais de comunicação” entre os indivíduos, e a liberdade é eliminada “em todo sentido específico” (ARENDT, 1989, p. 488-520). Assim, de acordo com Hannah Arendt (2008, p. 229), o sistema de conselhos é a única alternativa possível para a criação de um governo radicalmente oposto aos regimes totalitários que “se tornaram a experiência fundamental e a fundamental desgraça de nosso tempo”. Em outras palavras, para Hannah Arendt, apenas um governo baseado no sistema de conselhos oferece, de fato, a todos os cidadãos condições para que possam efetivamente agir politicamente.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. **Da revolução**. Tradução de Fernando Dídimo Vieira. Brasília: UnB, 1988.
- ARENDT, Hannah. **Compreender: formação, exílio e totalitarismo**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- ARENDT, Hannah. **Crises da república**. Tradução de José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

D'ENTREVES, Maurizio. **The political philosophy of Hannah Arendt**. London: Routledge, 1994.

DISCH, Lisa. How could Hannah Arendt glorify the American Revolution and revile the French? Placing on Revolution in the historiography of the French and American Revolutions. **European Journal of Political Theory**, v. 10, n. 03, p. 350-371, july, 2011.

DUARTE, André. Hannah Arendt e a modernidade: esquecimento e redescoberta da política. In: CORREIA, Adriano (org.). **Transpondo o abismo**: Hannah Arendt entre a filosofia e a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

GARSTEN, Bryan. The elusiveness of arendtian judgment. In: BENHABIB, Seyla (ed.). **Politics in dark times**: encounters with Hannah Arendt. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

KALYVAS, Andreas. **Democracy and the politics of the extraordinary**: Max Weber, Carl Schmitt and Hannah Arendt. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

LANE, Ann. Is Hannah Arendt a Multiculturalist? In: GORDON, Modechai (ed.). **Hannah Arendt and education**: renewing our common world. Boulder, CO: Westview Press, 2001.

MCCARTHY, Michael. **The political humanism of Hannah Arendt**. London: Rowman & Littlefield Publisher, 2012.

MOREAULT, Francis. Citoyenneté et représentation dans la pensée politique de Hannah Arendt. **Sociologie et sociétés**, v. 31, n. 2, p. 175-190, 1999.

OWENS, Patricia. **Between war and politics**: international relations and the thoughts of Hannah Arendt. New York: Oxford University Press, 2007.

QUE, Nemesio. The structure of civil society: Hannah Arendt on revolution, freedom and the council system. In: MIAOYANG, Wang; XUANMENG, Yu and DY, Manuel (ed.). **Civil society in a chinese context**. Washington DC: Council for Research in Values and Philosophy, 1997.

SHELL, Jonathan. In search of a miracle: Hannah Arendt and the atomic bomb. In: BENHABIB, Seyla (ed.). **Politics in dark times**: encounters with Hannah Arendt. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

TOTSCHNIG, Wolfhart. Arendt's argument for the council system: a defense. **European Journal of Cultural and Political Sociology**, v. 1, n. 3, p. 266-282, 2014.

VICENTE, José João Neves Barbosa. Rousseau e Arendt: defensores da liberdade política. **Diaphonia**, v. 3, p. 83-91, 2017.

VICENTE, José João Neves Barbosa. Considerações de Arendt sobre a Revolução Francesa: comentários introdutórios. **Synesis**, v. 11, p. 106-121, 2019a.

VICENTE, José João Neves Barbosa. **Rousseau e Arendt**: dois olhares sobre a liberdade. Goiânia: Espaço acadêmico, 2019b.

VICENTE, José João Neves Barbosa. Arendt e a democracia representativa: comentários introdutórios. **Sapere Aude: Revista de Filosofia**, v. 11, p. 70-81, 2020a.

VICENTE, José João Neves Barbosa. Hannah Arendt e a revolução: reflexões introdutórias. **Diaphonia**, v. 6, p. 146-153, 2020b.

YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. **Why Arendt matters**. New Haven: Yale University Press, 2006.